

Senado: transparência, menos gastos e mais eficiência

Economia total de R\$ 296 milhões em $\frac{2013}{2014}$

SENADO FEDERAL

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.836 — Brasília, sexta-feira, 22 de março de 2013



Geraldo Magela/Agência Senado



Mantega (2º à esq.) defende mudanças no ICMS, entre Delcídio, Lindbergh, Souza e o secretário Nelson Barbosa, do ministério

Ministro concorda que redução gradual das alíquotas interestaduais para 4% seja concluída depois de 2025, dando mais tempo para adaptação dos estados

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, previu gastos de quase meio trilhão de reais na mudança no ICMS, que visa combater a guerra fiscal entre estados que dão isenções para tentar atrair

investimentos. Ele calcula que isso equivale a 70% da reforma tributária de que o país necessita.

Mantega disse também que o programa de infraestrutura lançado pelo governo para ser implantado este ano vai estimular investimentos privados de R\$ 470 bilhões. **4 e 5**

Tribunal de Contas fará auditorias em 21 áreas **2**

Homenagem marca o Dia da Síndrome de Down **6**

Aprovado nome para a embaixada da Argentina

Após sabatina em que foi debatido o futuro do Mercosul, Everton Vieira Vargas teve a indicação aprovada ontem

pela Comissão de Relações Exteriores, que também acatou a indicação de Lúcio Amorim para a embaixada em Belize. **3**



Entre Lúcio Amorim e Everton Vargas (em primeiro plano), Ricardo Ferraço coordena a reunião de ontem da CRE

Senado adere à Hora do Planeta e apaga as luzes amanhã à noite

Ação promovida pelo WWF prevê desligamento das luzes durante uma hora, a partir das 20h30, em sinal de preocupação com o aquecimento global. Responsabilidade socioambiental é um dos tópicos do Plano de Metas do Senado até 2016. **2**

Indicado ao CNJ sugere medida sobre casamento homoafetivo

O Conselho Nacional de Justiça poderia editar uma resolução com efeito legal orientando cartórios a converterem união estável homoafetiva em casamento,

recomendou o desembargador Guilherme Calmon da Gama durante sabatina na CCJ. A indicação para integrar o CNJ foi aprovada ontem na comissão. **7**

A indicação de Guilherme Calmon (**D**) foi aprovada em reunião presidida por Vital do Rêgo (**C**) e acompanhada por Francisco Falcão, corregedor nacional de Justiça



Marcos Oliveira/Agência Senado

Análises sobre 21 temas serão apresentadas ao Congresso anualmente, como é feito na fiscalização de obras públicas. Até o fim do ano, serão realizadas auditorias com os tribunais de contas dos estados

TCU fará relatórios sobre educação e meio ambiente

COMO JÁ OCORRE na fiscalização de obras públicas, o Tribunal de Contas da União (TCU) passará a apresentar ao Congresso relatórios setoriais sobre outros 21 temas, incluindo educação e meio ambiente. A medida foi anunciada ontem pelo presidente do tribunal, ministro Augusto Nardes, ao presidente do Senado, Renan Calheiros, em reunião na Presidência da Casa.

Segundo Nardes, o trabalho de fiscalização seguirá os mesmos moldes do relatório de obras apresentado anualmente, chamado Fiscobras, que subsidia a Comissão Mista de Orçamento (CMO).

— Apresentamos ao presidente Renan a nova fase que o tribunal está vivendo, com a gestão nova e estabelecendo como prioridade a especialização. Estamos com 22 secretarias especializadas. Vamos continuar fazendo relatórios anuais a respeito das obras. Mas queremos ampliar e incluir a saúde, a educação e o meio ambiente — explicou Nardes.

Ontem, foram assinados termos de cooperação entre



Nardes (2º à esq.) conversa com os senadores Flexa (E), Renan e Collor (D)

o TCU e tribunais de contas dos estados para auditorias conjuntas em educação e meio ambiente. A previsão do TCU é que os relatórios completos sejam apresentados no fim do ano, com dados por estado.

Ensino médio

Além de aferir se estados e municípios cumprem com o investimento previsto em educação nos planos plurianuais, o trabalho voltado para o setor pretende identificar problemas que afetam a qualidade do ensino médio no Brasil e avaliar as ações governamentais para resolver essas questões.

Já a auditoria em meio ambiente tem como objetivo avaliar as unidades de conservação na Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão). Os trabalhos ocorrerão com os tribunais de contas desses estados.

— Trabalhando em conjunto com os tribunais de contas dos estados, queremos fazer fiscalizações mais completas, aprofundando a questão do desempenho em determinados temas. Pouco a pouco, vamos estabelecer auditorias sobre temas como saúde e segurança — disse Nardes.

Senado participa da Hora do Planeta

As luzes do Senado e da Câmara ficarão desligadas das 20h30 às 21h30 de amanhã em adesão à Hora do Planeta. O projeto é um ato simbólico promovido no mundo todo pelo World Wildlife Fund (WWF) para que governos, empresas e a população demonstrem a preocupação com o aquecimento global, mantendo as luzes desligadas por uma hora.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assinou na última quarta-feira a adesão ao movimento deste ano.

Essa é a quinta vez que a Casa participa da iniciativa. Em 2012, mais de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo se integraram à ação.

Plano de Metas

Também na última quarta-feira, a Diretoria-Geral do Senado entregou à Mesa o Plano de Metas 2013-2016 e o Mapa Estratégico da Casa. A elaboração dos documentos está entre as medidas anunciadas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para eliminar desperdícios e

dar mais agilidade e eficiência ao Legislativo. O planejamento tem metas de curto, médio e longo prazos e reúne informações de todas as secretarias.

Renan encaminhou o plano ao primeiro-secretário, Flexa Ribeiro, relator da matéria. Os demais integrantes da Mesa examinarão o plano e encaminharão sugestões ao relator. Entre as metas de curíssimo prazo, está o desenvolvimento de modelo corporativo socioambiental para a Casa.

Raupp: PMDB vai ter candidato em 2018

Até 2018, o PMDB preparará um nome nacional para disputar a Presidência da República. “Já ocupamos esse cargo e acho que está na hora, como maior partido do Brasil, de voltar em breve a ocupar o cargo de presidente”, afirmou Valdir Raupp (PMDB-RO).

O senador, porém, reafirmou o apoio do PMDB à reeleição de Dilma Rousseff, mantendo Michel Temer como vice.

Raupp homenageou o PMDB pelos 47 anos de



Senador diz que o partido ajudou a restaurar a democracia no país

fundaçao, avaliando que o partido se encontra em um dos melhores momentos da

história. Segundo o senador, o PMDB “refundou a democracia brasileira fazendo política”, identificando-se com a democracia ao acomodar uma ampla diversidade de opiniões dos membros.

— Se a agremiação nasceu da longa noite da ditadura, cresceu à sombra da árvore da liberdade. A grande luta naquele período nebuloso de nossa história foi pela restauração das liberdades democráticas — disse.

Collor chama a atenção para consumo consciente da água

Fernando Collor (PTB-AL) saudou o Dia Mundial da Água, comemorado na data de hoje, e advertiu Estado e sociedade sobre o abuso e a má gestão dos recursos hídricos.

O senador afirmou que, segundo a ONU, cerca de 1 bilhão de pessoas no planeta não têm acesso à água nem para matar a sede. Enquanto nos Estados Unidos uma pessoa usa 300 litros diários; na Europa, 200 litros; e no Brasil, 150 litros; na África Subsaariana o consumo médio é de 15 litros por dia.

Collor insistiu que o Estado deve reter para si a responsabilidade sobre a distribuição dos recursos hídricos.

— A responsabilidade na distribuição da água cabe ao Estado e não pode ser delegada ao setor privado, que enxergaria a população como consumidora da água, e não como usuária de um recurso essencial à vida — comparou.

Para ele, a solução para os problemas de preservação ambiental requer conscientização da sociedade, necessidade de nova postura e quebra de paradigmas para o uso e a gestão.

O senador também cobrou a responsabilidade do Brasil na preservação da água potável. Isso porque o país tem o maior volume de água doce, cerca de 12%, de todas as fontes mundiais.

Delcídio: gestão de recursos hídricos é desafio no Brasil

O Dia Mundial da Água foi lembrado também por Delcídio do Amaral (PT-MS). O senador afirmou que a data marca um momento em que o Brasil vive o desafio de gerir eficazmente os recursos hídricos. Alertou para a situação preocupante enfrentada hoje pelo Pantanal e o principal rio da região, o Paraguai, principalmente entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Para tratar do assunto, Delcídio propôs a criação de uma comissão formada por parlamentares dos dois estados e por um representante do governo federal. O grupo deve fazer visitas à região e



Delcídio cobra medidas de proteção para o Rio Paraguai e os afluentes

definir um conjunto de ações de recuperação e proteção às cabeceiras do Rio Paraguai e afluentes

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO Pronunciamentos

9h Sem votação de projetos, a sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

CRA Conceito de ruralidade

14h A Comissão de Agricultura realiza o segundo seminário do ciclo de palestras e debates.

O encontro deverá discutir o conceito de ruralidade no país no projeto desenvolvido pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, que objetiva a construção de uma tipologia atualizada dos espaços rurais e implicações para as políticas públicas. Foram convidados, entre outros, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a sessão plenária. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mercosul é debatido em sabatina de indicado à embaixada na Argentina

Everton Vargas foi aprovado pela CRE, que também acatou o nome de Lúcio Amorim para Belize. Indicações vão agora a Plenário

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, em votação secreta, a indicação de Everton Vieira Vargas para representar o Brasil na Argentina. Durante a sabatina, os senadores se mostraram preocupados com o futuro do Mercosul e com as relações comerciais entre Argentina e Brasil.

Também foi aprovado o nome de Lúcio Pires de Amorim para a embaixada do Brasil em Belize. As indicações serão agora analisadas pelo Plenário.

Everton Vargas disse que a Argentina vive um momento importante de inserção política no mundo, já que foi eleita como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o mandato 2013-2014. O embaixador citou ainda a reeleição do país para o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

O Brasil, pela sua condição de país fronteiriço, pelos vínculos históricos e humanos que o unem à Argentina e pela sua presença econômica lá, não pode ficar alheio a essa situação. Nossa parceria é



Everton Vargas, indicado para a Argentina, Ricardo Ferraço e Lúcio Amorim, indicado para Belize, na reunião de ontem

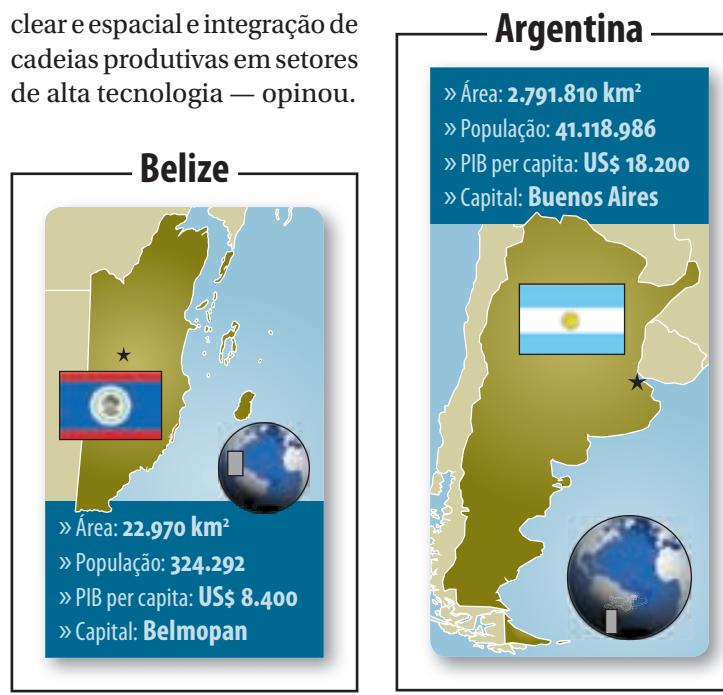
estratégica e é ainda mais valorizada no atual quadro atravessado pela ordem internacional — afirmou.

O embaixador ressaltou ainda a retomada do crescimento econômico da Argentina e disse que a pressão por resultados imediatos não deve atrapalhar o ritmo do relacionamento com o Brasil.

— A agenda positiva precisa ser fortalecida com o aprofundamento da integração econômica e comercial e a concretização dos projetos conjuntos de caráter estratégico em áreas como infraestrutura, mineração, energia, cooperação dos campos nu-

clear e espacial e integração de cadeias produtivas em setores de alta tecnologia — opinou.

Belize



Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook

Senadores temem crise no bloco com adesão da Venezuela

Jorge Viana (PT-AC), José Agripino (DEM-RN) e o presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), questionaram Everton Vargas sobre a crise política do Mercosul depois da entrada da Venezuela no bloco econômico e sobre as relações comerciais com a Argentina.

Quanto ao Mercosul, Vargas disse que o bloco é um

ambicioso e difícil projeto de política externa.

Para o diplomata, a entrada da Venezuela no grupo é uma questão de Estado e traz uma nova dimensão ao Mercosul, que deve ser compreendida não só pelo Parlamento, como pela sociedade.

— A crise também acontece em outros blocos, como a

União Europeia. O Mercosul, com a entrada da Venezuela, passa a ter 70% do PIB da América do Sul, passa a ser um dos maiores exportadores de petróleo do mundo, tem talvez as maiores reservas de petróleo, se contarmos o pré-sal. Então, isso nos coloca numa situação importante,

mas também desafiadora — disse o embaixador.

Vargas avalia que os investimentos brasileiros na Argentina, quase US\$ 16 bilhões, significam empregos no Brasil e tecnologia que o país vai desenvolver para exportar.

— Acho que esse é o caminho para o futuro, em termos de olharmos a nossa relação com a Argentina e com os nossos demais parceiros do Mercosul — concluiu.

Ferraço elogia retomada de acordo com México para isenção de vistos

O presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), considerou positiva a retomada do acordo entre Brasil e México para a isenção de vistos de curta duração (por até 90 dias) para o ingresso de brasileiros e mexicanos nos dois países, conforme aviso do Ministério das Relações Exteriores.

O prazo será renovável, desde que a permanência total não exceda a 180 dias no período de um ano. A aplicação do acordo tinha sido suspensa em 2005. A medida será implementada em data ainda a ser divulgada.

— Essa iniciativa caminha na direção da liberalização dos regimes de circulação internacional de pessoas, que

já vem tarde, décadas após a liberalização do comércio internacional de bens e, mais recentemente, de serviços financeiros — disse Ferraço.

Ferraço falou também sobre a possibilidade de acordo com os Estados Unidos para facilitar a entrada de viajantes frequentes.

— Não se trata ainda, evidentemente, da almejada isenção de vistos. Uma vez concretizado o programa, será um passo importante para que nossos países ultrapassem uma fase de desconfiança e visões retrógradas, que em nada se coadunam com o excelente estado das relações bilaterais do nosso país com os Estados Unidos — afirmou.

Embaixador em Cingapura terá de explicar caso de estaleiro

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem requerimento do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) para que o embaixador do Brasil em Cingapura, Luís Fernando Serra, preste depoimento sobre o episódio do Estaleiro Jurong Aracruz.

Conforme divulgado pela imprensa, o embaixador teria usado os nomes dos ministros do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, e da Fazenda, Guido Mantega, em contatos com empresários para transferir o projeto do estaleiro do Espírito

Santo para o Porto do Açu, em São João da Barra (RJ), atendendo a interesses do empresário Eike Batista.

Ricardo Ferraço quer esclarecimentos sobre a participação do embaixador no caso. A data para que o embaixador compareça à CRE ainda não foi marcada.

A votação do requerimento de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para constituir representação externa do Senado para acompanhar a realização das próximas eleições da Venezuela foi adiada para a reunião da próxima terça-feira.

Suplicy pede informações sobre torcedores presos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ontem ao Plenário ter enviado um pedido de informações ao ministro das

Relações Exteriores, Antonio Patriota, sobre os 12 torcedores presos há quase um mês na Bolívia, acusados da morte do jovem boliviano Kevin Espada, atingido no rosto por um sinalizador durante a partida entre San José e Corinthians.

O senador encaminhou ao ministro carta que recebeu de Paula Cristina da Silva, prima de um dos presos, Danilo Oliveira, falando da situação do rapaz. Segundo a carta, é possível ver nas fotos e nos vídeos feitos durante o jogo que Danilo tocava um instrumento de percussão no momento em que o sinalizador foi lançado. Sendo assim, o rapaz não teria envolvimento com o crime.

— Diante do teor da carta e da dificuldade sofrida por todos os detidos na Bolívia, peço esclarecimentos que subsidiem uma resposta a Paula — concluiu.

Souza anuncia a 5ª Cúpula dos Brics na próxima semana

Terça e quarta-feira acontecerá na África do Sul a 5ª Cúpula do Brics — bloco de países em desenvolvimento formado por

Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A informação foi dada em Plenário por Sérgio Souza (PMDB-PR), que citou como principal ponto da agenda a criação de um banco de desenvolvimento do bloco e de um fundo de reservas internacionais.

O senador lembrou que a expressão Brics foi criada 2001 pelo economista inglês Jim O'Neill. Em 2006, esses países decidiram se unir em bloco e a expressão ganhou mais uma letra em 2010, com a incorporação da África do Sul.

Em 2003, disse Souza, o Brics representava 9 % do PIB mundial, passando para 14 % em 2009. Com a chegada da África do Sul, subiu para 18 % em 2010. O senador ressaltou ainda que, juntos, os cinco países têm 2,9 bilhões de habitantes, representando 42 % da população mundial.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado

Unificação gradual das alíquotas para 4% nas operações interestaduais pode ser estendida para além de 2025, segundo ministro, para estados terem tempo de se adaptar

Mantega admite prazo maior para ICMS único

O MINISTRO DA Fazenda, Guido Mantega, admitiu ontem em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a ampliação do prazo de transição para a unificação em 4% da alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Questionado por Lúcia Vânia (PSDB-GO), que defendia a manutenção de duas alíquotas — 4% para Sul e Sudeste e 7% para as demais regiões —, Mantega insistiu na unificação, mas aceitou “mexer no tempo”.

— Pode-se dar tempo necessário para que os estados em desenvolvimento se ajustem.

Segundo o ministro, será a segunda mudança do governo nessa questão. Antes do projeto de resolução (PRS 1/2013), o Executivo federal optou por uma solução intermediária: transferiu para 2025 o início da vigência da alíquota de 4% quando produtos de Norte, Nordeste e Centro-Oeste forem vendidos para Sul e Sudeste. Até lá, haverá redução gradual, de um ponto percentual a cada ano.

O relator, Delcídio do Amaral (PT-MS), demonstrou na audiência intenção de minimizar as perdas dos estados. O trabalho, disse ele, está articulado com o relator da Medida Provisória 599/2012, Walter Pinheiro (PT-BA), porque essa MP cria os fundos de compensação de receitas (FCR) e de desenvolvimento regional (FDR). Com esses dois fundos, o governo pretende combater o problema orçamentário, já que alguns estados perderão receitas na transição; e o econômico, porque estados sem condições de oferecer incentivos fiscais não atraem indústrias.

O ministro rejeitou sugestões de aumentar os recursos orçamentários que compõem o FDR, limitados pela MP



Geraldo Magela/Agência Senado

a 25% — os restantes 75% serão emprestados pelos bancos oficiais. Segundo ele, o Orçamento da União não teria condições de suportar uma participação maior no fundo, que transferirá aos estados quase R\$ 300 bilhões até 2033. Mantega acrescentou que os estados terão liberdade para gerenciar esses recursos, inclusive criando os próprios fundos de investimento.

Dante da ponderação de vários senadores, como Armando Monteiro (PTB-PE), sobre dificuldades para aprovação da unificação do ICMS, Mantega admitiu estudar a possibilidade de oferecer incentivos fiscais para atrair

investimentos nos estados menos desenvolvidos. Uma possibilidade é o regime de depreciação acelerada de bens de capital em determinadas regiões, pelo qual as empresas poderiam reduzir o pagamento do Imposto de Renda.

Meio trilhão

Mantega disse que a União prevê gastos de quase meio trilhão de reais para a mudança no ICMS, que considerou equivalente a 70% da reforma tributária de que o país necessita. Segundo ele, o ICMS reduz a produtividade das empresas, provoca acumulação de créditos não repassados e gera incerteza

jurídica, devido às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) declarando a inconstitucionalidade das leis estaduais de incentivos sem aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Quanto às dívidas dos estados, Mantega admitiu a retroatividade a janeiro de 2013 da troca do critério de correção — do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O projeto de lei complementar (PLP 238/2013, em tramitação na Câmara dos Deputados) prevê também a redução dos juros reais, de 6% a 9% anuais para 4%.

Votação do projeto de unificação é adiada em pelo menos duas semanas

A CAE adiou em pelo menos duas semanas a votação do projeto que unifica as alíquotas do ICMS (PRS 1/2013), prevista para 2 de abril. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da comissão, Lindbergh Farias (PT-RJ).

Inicialmente, Lindbergh queria que o relatório fosse apresentado terça-feira para ser votado pela CAE em 2 de abril. Mas, a pedido do próprio relator, remarcou a data para 16 de abril. Lindbergh pretende pôr o projeto em votação na CAE na mesma

semana em que o relatório for apresentado — a expectativa é que, depois disso, o texto seja votado pelo Plenário até o começo de maio.

— Porque, se não fizermos isso, vamos prejudicar a medida provisória, que tem prazo até 6 de junho — alertou ele, referindo-se à MP 599/2012, que também trata do ICMS.

Lindbergh reforça urgência da definição

Depois da audiência com Mantega, o presidente da CAE, Lindbergh Farias, disse que, “se os senadores não deliberarem sobre o ICMS, o Supremo Tribunal Federal o fará”. Ele vem insistindo para que as propostas sobre o assunto sejam votadas logo para não prejudicar a votação da MP 599/2012, medida provisória que trata das compensações aos estados que vierem a ter perdas com a eventual unificação das alíquotas do ICMS.

— Estamos trabalhando num prazo-limite — alertou Lindbergh.

A apresentação do projeto de resolução foi adiada para 16 de abril para que o relator, Delcídio do Amaral, tenha mais tempo para negociar com governadores e secretários estaduais de Fazenda. O presidente da CAE espera que o texto seja votado pela comissão na mesma semana, com pedido de urgência para deliberação final em Plenário do Senado no início de maio.

O relator da MP, Walter Pinheiro, disse que as armas da guerra fiscal — pela qual estados tentam atrair investimentos privados com a redução de ICMS — estão ultrapassadas e precisam ser substituídas por instrumentos mais modernos de desenvolvimento regional. A MP fixa em R\$ 8 bilhões o teto anual de transferências aos estados a título de compensação das perdas de arrecadação.

Sérgio Souza quer incluir área entre os critérios do novo FPE

Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu a inclusão do critério territorial na proposta que trata das novas regras de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O substitutivo de Walter Pinheiro (PT-BA) prevê que os estados receberão no mínimo o mesmo que recebem hoje e divide o excedente apenas pelos critérios da população e do inverso da renda per capita.

Para o senador, não é justo que as Regiões Sul e Sudeste, com 56,5% da população, 71,8% do PIB e 78,7% da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, fiquem com apenas 15% dos recursos do FPE.

— Não sou contra a distribuição de riquezas, mas temos que levar em consideração essa distância.

Ele defendeu ainda o tratamento do desenvolvimento regional de forma diferenciada por considerar que todos os estados têm problemas.

Para Ângela, proposta para o fundo prejudica Região Norte



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ângela Portela (PT-RR) disse que os novos critérios para distribuição do FPE até o momento prejudicam os estados do Norte.

— Este novo desenho não pode afastar-se do objetivo que consiste na razão de ser do próprio fundo: a equalização da capacidade tributária gerando maior equidade entre os entes federados — declarou.

Ângela destacou a urgência de encontrar um modelo que busque a redução das desigualdades. Ela salientou que 75% das receitas do estado de Roraima são oriundas do FPE, o que impossibilita o estado de abrir mão desses recursos.

Rollemburg defende política regional de desenvolvimento



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rodrigo Rollemburg (PSB-DF) registrou a 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, saudando a pactuação de estratégias para enfrentar as desigualdades sociais. Para ele, apesar dos avanços econômicos, o cenário segue “extremamente preocupante”.

— Precisamos investir em uma política nacional de desenvolvimento regional, compreendendo toda diversidade do país — afirmou.

O senador celebrou a regulamentação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

— O Centro-Oeste cresceu 3,3% no ano passado, o triplo da média nacional — salientou.

Mantega: programa do governo atrairá R\$ 470 bi para infraestrutura

Investimentos em ferrovias, rodovias e portos ajudarão a escoar a produção e estimularão o comércio internacional, assegura ministro

O MINISTRO DA FAZENDA, Guido Mantega, afirmou ontem que o programa de infraestrutura lançado pelo governo vai estimular investimentos privados de R\$ 470 bilhões. O programa será implantado no decorrer de 2013, disse, com desdobramentos para a próxima década. Já em abril, informou, serão realizados leilões para a concessão de 7.500 quilômetros de rodovias.

Mantega definiu o programa como ambicioso e informou que serão realizados leilões para investimentos de R\$ 91 bilhões destinados à construção de 10 mil quilômetros de ferrovias; R\$ 42 bilhões para rodovias; R\$ 54,6 bilhões para 159 portos; R\$ 35,6 bilhões para executar 511 quilômetros de linhas de trem de alta velocidade (TAV); R\$ 18,7 bilhões para aeroportos, sendo dois internacionais; R\$ 148,1 bilhões em energia elétrica; e R\$ 80 bilhões para petróleo e gás.

Na avaliação do ministro, os investimentos em infraestrutura são importantes para a melhoria do escoamento da produção. Assim, ressaltou, haverá diminuição do custo logístico e, consequentemente,



Ferrovia Norte-Sul em Tocantins: plano de investimentos pretende diminuir os custos logísticos e melhorar o escoamento da produção

estímulo ao comércio internacional.

— O melhor estímulo para fazer a economia crescer é investir em infraestrutura. O governo fará esses investimentos, mas com a parceria e contribuição expressiva do setor privado — disse Mantega.

Desonerações

Guido Mantega também ressaltou a adoção de desonerações de impostos e contribuições no valor de R\$ 50,70 bilhões, em 2013, e R\$ 55,45 bilhões, em 2014, para aumentar a competitividade do país. Entre as principais

SETOR	INVESTIMENTO	META FÍSICA
► Logística	R\$ 242,0 bi	
» Rodovias	R\$ 42,0 bi	7.500 km
» Ferrovias	R\$ 91,1 bi	10.000 km
» Portos	R\$ 54,6 bi	159
» Trem de alta velocidade (TAV)	R\$ 35,6 bi	511 km de linhas
» Aeroportos	R\$ 18,7 bi	2 internacionais + regionais
► Energia	R\$ 148,1 bi	32.971 MW e 23.200 km
► Petróleo e gás	R\$ 80,0 bi	3 rodadas de concessão
► TOTAL	R\$ 470,1 bi	

Fonte: Ministério da Fazenda

desonerações que serão adotadas, estão a redução a zero da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para a gasolina e o diesel, no valor de R\$ 11,37 bilhões em 2013 e R\$ 11,59 bilhões em 2014; a desoneração da folha de pagamento

de 15 setores, com impacto de R\$ 12,8 bilhões em 2013 e R\$ 14,1 bilhões em 2014; e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que já desonerou R\$ 8,34 bilhões em 2012 e vai desonrar R\$ 3,42 bilhões em 2013 e 120 milhões em 2014.

Alvaro acusa ministro de levar o Brasil ao descrédito internacional

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o governo vem fazendo previsões “otimistas em excesso” em relação à economia do país.

Segundo o senador, as previsões do ministro da Fazenda, Guido Mantega, “frustram sempre”. Ele citou como exemplo as projeções

para o crescimento do produto interno bruto (PIB) feitas pelo ministro para os últimos dois anos.

— Vossa Excelência previu 5,5% em 2011 e chegou-se a 2,73%. Previu de 4,5% a 5% em 2012 e chegou-se a 0,87% — recordou o senador.

Alvaro disse que uma previsão equivocada pode ser fruto somente da incompetência, mas também pode ser fruto de “mentira deliberada” e classificou uma conduta assim como desonesta.

— É desonesto fazer previsões exageradas quando se possui mecanismos e

informações capacitados para se oferecer uma previsão mais próxima da realidade. Ninguém está pedindo para o ministro ser pessimista, mas esse otimismo exagerado acaba comprometendo a credibilidade do país internacionalmente — alertou o senador.

Como exemplo, ele lembrou a época em que o governo federal disseminou a ideia de que o Brasil estaria vivendo “um espetáculo de crescimento” e, no final, viu-se que o país teve um desempenho melhor apenas



Alvaro Dias classifica as previsões do governo de excessivamente otimistas

Pedro Taques critica influência partidária na gestão da Petrobras

Antecipando os questionamentos que serão feitos à presidente da Petrobras, Graça Foster, quando ela vier ao Congresso, Pedro Taques (PDT-MT) fez várias críticas à estatal durante pronunciamento ontem em Plenário.

Após ressaltar que a empresa “continua sendo peça fundamental no mecanismo

de toda a economia brasileira”, ele afirmou que a estatal vem sendo prejudicada pela má gestão e por decisões econômicas que atendem interesses partidários ou eleitorais.

— A Petrobras, esse instrumento indispensável da economia brasileira, está em risco — alertou o senador.



Petecão elogia participação de diretor do Dnit em audiência

A participação do diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Jorge Fraxe, em audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) na quarta-feira foi elogiada por Sérgio Petecão (PSD-AC).

Segundo o senador, o diretor do Dnit garantiu a construção

da ponte sobre o Rio Madeira, obra muito aguardada pela população do Acre e de Rondônia. A ponte é a continuidade da BR-364, que corta o estado

e é o principal acesso a Porto Velho. Petecão também falou que há novas tecnologias e que é preciso encontrar uma alternativa para a construção de parte da BR-364.

Jorge Viana diz que êxito de Dilma incomoda adversários

Jorge Viana (PT-AC), em pronunciamento em Plenário na quarta, comentou os resultados da mais recente pesquisa Ibope-CNI, que indicam elevada aprovação da presidente Dilma Rousseff. Na avaliação dele, conduzido por Dilma, o Brasil seguirá sendo referência mundial.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Viana citou dados da pesquisa, informando que Dilma atingiu uma aprovação pessoal de 78% e que 63% da população aprova a atuação dela no governo.

— Quando comparados esses dados ao próprio governo Lula e ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a presidente Dilma sai-se ainda melhor.

O senador atribui a aprovação de Dilma ao baixo desemprego, ao crescimento da renda e ao carisma pessoal da presidente. Para Viana, o sucesso de Dilma representa um incômodo para os adversários do governo, que por isso têm tentado antecipar a agenda eleitoral de 2014.

Wellington rebate críticas aos resultados do governo petista

Wellington Dias (PT-PI) rebateu ontem em Plenário avaliações negativas feitas pela oposição e por parte da imprensa sobre os resultados sociais e econômicos alcançados pelos governos Lula e Dilma.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Na opinião do senador, o Brasil, ao contrário do alegado pelos opositores, melhorou sensivelmente nos últimos dez anos, tendo se modernizado graças a uma “revolução sem armas”, promovida pelos governos do PT, que trouxe grandes benefícios para a maioria da população.

Wellington também comemorou os resultados da pesquisa CNI-Ibope divulgados na terça-feira, que apontam um crescimento da aprovação do governo Dilma pelos brasileiros.

— Tenho orgulho deste momento que vive o Brasil. Parabéns à presidente Dilma com toda a sua equipe. Parabéns ao Congresso Nacional por ter respondido a muitas propostas importantes aqui apresentadas — disse.

Congresso faz homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down

Lindbergh Farias e Wellington Dias participam da abertura de mostras, que podem ser visitadas até o dia 28 na Câmara dos Deputados

O SENADOR LINDBERGH Farias (PT-RJ) participou ontem, junto com o deputado Romário (PSB-RJ), da abertura das exposições *Direito e Trabalho: tenho síndrome de Down e sou profissional* e *Asas e Flores* na Câmara dos Deputados. As mostras marcam o Dia Internacional da Síndrome de Down. Os dois parlamentares são pais de crianças com Down. O senador Wellington Dias (PT-PI), que tem uma filha com deficiência, também esteve presente na cerimônia.

A abertura dos eventos contou com apresentações de grupos de dança, bandas e corais. As pinturas e fotos expostas foram todas feitas por pessoas com a síndrome. Entre os expositores, estão os artistas Tonico Araújo, Melina Pedroso, Paloma Rodrigues, Susana Lyra, Lúcio Piantino e a fotógrafa Jéssica Mendes de Figueiredo. As exposições



Lindbergh (D) e Romário (C), que têm filhos com a síndrome de Down, durante comemoração

podem ser visitadas até o dia 28 de março, no Espaço do Servidor da Câmara dos Deputados.

Proposta pela Associação Internacional da Síndrome de Down, a comemoração da data em 21 de março faz referência à causa da síndrome: a trissomia no cromossomo 21, alteração genética que gera um cromossomo extra no DNA da pessoa.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a cada 800 partos, nasce uma criança com síndrome de Down.

No Brasil, estima-se que essa alteração genética seja registrada em cerca de 8 mil bebês por ano. Entretanto, ainda é grande a dificuldade de acesso a informações, profissionais e aparatos necessários para o pleno desenvolvimento das crianças nessa condição.

Vanessa pede fim da discriminação racial e respeito a deficientes



O Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial e o Dia Internacional da Síndrome de Down, ambos comemorados ontem, foram lembrados por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A data para marcar o combate ao racismo, explicou, foi instituída pela Organização das Nações Unidas em 1976, após muita pressão dos movimentos de luta contra a discriminação em todo o mundo, principalmente contra o regime racista da África do Sul. A senadora exaltou a forte herança sociocultural dos africanos no Brasil e lembrou que o escravismo moldou a história do país.

— E a data relacionada à síndrome de Down foi instituída pela ONU no ano passado e motiva inúmeras atividades pelo mundo, para estimular a convivência harmoniosa e respeitosa com os portadores da síndrome — disse.

Renan quer políticas de amparo e estímulo ao desenvolvimento



Assim como as políticas públicas de amparo e estímulo ao desenvolvimento das pessoas com síndrome de Down, é também importante o tratamento que damos a elas e os sentimentos que nutrimos em relação às suas dificuldades, afirmou Renan Calheiros (PMDB-AL).

— Antes estigmatizada, felizmente hoje verificamos que a síndrome pode e deve ser encarada como um evento a mais na vida das pessoas, que não as impede de levar uma vida normal. Isso se deve em parte à adoção de políticas públicas de inclusão social e tantos outros esforços da sociedade civil — disse.

Outros senadores como Humberto Costa (PT-PE), Wilder Morais (DEM-GO), Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Lídice da Mata (PSB-BA) lembraram a data, destacando principalmente a necessidade de mais avanços nas políticas públicas de inclusão social.

Paim lembra defesa dos direitos humanos e luta contra o racismo



Paulo Paim (PT-RS) exaltou ontem, em pronunciamento, a luta pelos direitos humanos. Ele registrou a passagem do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação

Racial e a criação, há dez anos, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no país.

Também destacou o Dia Internacional da Síndrome de Down e lembrou que a data foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2011.

— O objetivo é disseminar informações sobre as principais características e estudos realizados para promover a inclusão das pessoas com síndrome de Down na sociedade — disse.

Sobre o racismo, o senador salientou que, na última década, o país experimentou mudanças significativas em suas relações sociais, a partir de iniciativas para enfrentar o problema.

Cristovam: libertação de domésticos só virá com a educação

A aprovação da PEC das Domésticas, apesar de ser um grande avanço, não equivale à abolição da escravatura, disse Cristovam Buarque (PDT-DF). A PEC 66/2012 garante vários direitos trabalhistas, mas, para o senador, a verdadeira abolição se dará no dia em que os filhos dos empregados domésticos puderem estudar nas mesmas escolas que os filhos dos patrões.

— Aí, sim, a gente poderia dizer: veio a abolição pela qual o futuro dos filhos deles dependerá do talento, da persistência, da vocação, mas não da renda, não da cidade onde vivem — disse.

Cristovam disse considerar que, entre os sofrimentos sociais, poucos se comparam aos de alguém que ganha o salário mínimo para cuidar dos filhos dos outros e vê a diferença entre a realidade deles e a dos próprios filhos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Requião vê risco de PEC das Domésticas causar demissões



Arthur Monteiro/Agência Senado

A PEC das Domésticas, aprovada em primeiro turno pelos senadores na terça-feira, pode provocar demissões em massa no país, afirmou Roberto Requião (PMDB-PR). Na avaliação do senador, o pequeno índice de formalização do trabalho doméstico no Brasil — apenas 26,3% das empregadas domésticas têm carteira assinada, disse — é um forte indício de que grandes demissões podem ocorrer com a previsão legal de novos direitos para a categoria.

— A PEC em si não vai garantir nada — argumentou.

Requião pediu a aprovação de projeto de lei (PLS 270/2011) de sua autoria que permite a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda, dos salários pagos a empregados domésticos e comemorou a designação de Paulo Paim (PT-RS) para relatar o projeto na CAS.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Para Guilherme Calmon, indicado para o CNJ, resolução poderia orientar cartórios para converter união estável em casamento

Desembargador aponta saída legal para união homoafetiva

ENQUANTO A LEGISLAÇÃO brasileira não estabelece a possibilidade de casamento entre pessoas do mesmo sexo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) poderia editar uma resolução — com efeito legal — para orientar os cartórios a procederem à conversão da união estável homoafetiva em casamento. A recomendação foi feita ontem pelo desembargador federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama, durante sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— Me parece difícil um tabelião assimilar de imediato o registro do casamento entre pessoas do mesmo sexo quando ainda não há lei a esse respeito. Mas não tenho dúvida de que já é hora e talvez o CNJ tenha um papel importante para resolver essa questão — afirmou.

Sua indicação, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), para integrar o CNJ no biênio 2013-2015 foi aprovada por unanimidade na comissão e segue para votação em Plenário.

Guilherme Calmon respondeu a uma série de questionamentos formulados pelo presidente da comissão, Vital do Rêgo (PMDB-PB), pela relatora, Ana Rita (PT-ES), e por Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Ataídes Oliveira (PSDB-TO), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Pedro Taques (PDT-MT) e Sérgio Souza (PMDB-PR).

Dois temas em evidência no Congresso foram comentados pelo desembargador: a judicialização de questões políticas e a expansão dos tribunais regionais federais (TRFs). Ele reconheceu que há “invasão” do Poder Judiciário, em alguns momentos, em assuntos do Poder Legislativo e disse acreditar que o CNJ pode ajudar a reequilibrar a relação.

Por outro lado, não fechou posição quanto à necessidade de criação de novos TRFs pelo país, medida defendida por muitos parlamentares governistas e oposicionistas.

Gurgacz celebra adesão a programa antidrogas

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou a adesão de Porto Velho ao programa federal Crack, é Possível Vencer. Para ele, as drogas são o mal deste século, a ponto de o tema ter sido lembrado pelo papa Francisco em encontro com Dilma Rousseff.

O programa, lançado em 2011, prevê ações interministeriais, com investimento de R\$ 4 bilhões até 2014. O objetivo é aumentar a oferta de tratamento de saúde e atenção aos usuários de drogas, enfrentar o tráfico e as organizações criminosas e ampliar as atividades de prevenção.

Gurgacz informou que, já em abril, a cidade receberá duas bases móveis para policiamento e 40 câmeras de vigilância. Para ele, são equipamentos que deverão contribuir para que as forças de segurança consigam “ficar um passo à frente do narcotráfico”.



Corregedor de Justiça Francisco Falcão e Vital do Rêgo na sabatina de Guilherme Calmon (D)

Justiça eleitoral e precatórios

Guilherme Calmon concordou com críticas levantadas por Cássio Cunha Lima, e endossadas por Vital do Rêgo, à atual composição dos tribunais regionais eleitorais (TREs). O magistrado crê ser necessário repensar a participação de advogados no corpo de juízes eleitorais, missão que exercem pelo prazo de dois anos.

O pagamento de precatórios judiciais por estados e municípios também é outro assunto que deverá atrair a atenção do CNJ, acredita Guilherme Calmon. O STF determinou, na semana passada, a derrubada das regras que permitiam leilão e parcelamento dos precatórios. O tema deve ser abordado em audiência na CCJ.



Parada Gay ocupa ruas em Brasília: Conselho Nacional de Justiça pode facilitar união homoafetiva

— Hoje temos cinco TRFs e, na distribuição por estados, percebe-se que a 1ª Região ficou com 13 estados e o Distrito Federal, portanto tem competência muito larga. Já o TRF da 2ª Região tem competência só sobre Rio de Janeiro e Espírito Santo. Às vezes, o problema não é de número [quantidade de processos], mas de gestão.

É preciso ver o problema que de fato existe para pensar em ampliação — ponderou.

Guilherme Calmon se disse sem condições para avaliar se o Congresso pode ou não propor a criação de TRFs ou se esta seria uma atribuição do Supremo Tribunal Federal (STF), tese defendida por Pedro Taques.

Ferraço homenageia juiz assassinado há 10 anos

Os dez anos do assassinato, em Vila Velha (ES), do juiz Alexandre Martins de Castro Filho, que notabilizou-se pelo esforço para “libertar o Espírito Santo das amarras da criminalidade organizada”, foram lembrados por Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Ele lembrou que a morte do juiz, aos 32 anos, mobilizou a sociedade contra as ações do crime organizado.

— Os homens e mulheres de bem do Espírito Santo intensificaram sua união na direção desta que era uma missão de todos nós. Em vez de intimidar daqueles que atuavam na linha de frente dessa guerra, a morte de Alexandre Martins promoveu a reação de toda a sociedade capixaba — afirmou, lembrando que sete envolvidos foram condenados, mas os acusados de serem os mandantes ainda não foram julgados.

Magno Malta convoca para ato público contra o aborto

A Frente Parlamentar da Família, presidida por Magno Malta (PR-ES), realiza ato público na próxima terça-feira contra proposta do Conselho Federal de Medicina (CFM) de incluir no Código Penal a permissão do aborto até a 12ª semana de gestação.

— [A alteração na lei] promove a morte em série no Brasil; os abortistas estão batendo palma — criticou.

O aborto é permitido no Brasil apenas em caso de estupro, quando há risco de vida para a gestante ou quando o feto é anencéfalo.

O assunto está sendo debatido em comissão especial que estuda a reforma do Código Penal.

Consultor diz que FPE pode dificultar Plano Nacional de Educação

Os novos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) podem alterar o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE), disse ontem o consultor do Senado Fernando Mariano em seminário promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa. O projeto do plano (PLC 103/2012) aguarda relatório de José Pimentel (PT-CE) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo Mariano, estados como Amapá, Roraima e Acre são dependentes do FPE. Uma mudança brusca, disse, pode deixá-los sem recursos.

— Talvez não dê para sustentar os sistemas de ensino locais — alertou, ao considerar necessária a aplicação gradual de 10% do PIB para o setor, conforme prevê o texto aprovado na Câmara dos Deputados.

Jorge Viana defende MP da Alfabetização na Idade Certa

Jorge Viana (PT-AC) apoiou a MP 586/2012, que institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A matéria deve ser votada na próxima semana.

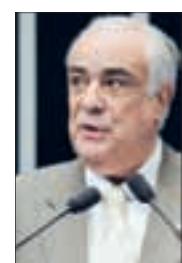
Para ele, a medida toca em um problema importante, que é a qualidade do ensino infantil no país. O senador afirmou que não adianta o foco no curso superior se o ensino para crianças não tem qualidade. Viana lembrou que o Censo 2010 constatou que há 15% de analfabetos na faixa etária de 8 anos. O objetivo da MP, disse, é zerar esse analfabetismo. O senador também criticou o artigo da Constituição que atribui aos municípios a responsabilidade pela educação infantil.

— Eu pergunto: é adequado colocarmos o mais frágil ente da Federação para cuidar da educação infantil? É o que dispõe de menos recursos!

Rodrigues elogia o Vale-Cultura, programa de acesso a eventos

Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) elogiou o Vale-Cultura, programa do Ministério da Cultura que tem como objetivo proporcionar à população acesso a eventos culturais como exposições, museus, peças de teatro, apresentações musicais. Ele exaltou a atuação da ministra Marta Suplicy à frente da pasta. Rodrigues é primeiro suplente de Marta e assumiu o mandato em outubro do ano passado, quando ela se licenciou para assumir o ministério.

O programa, disse o senador, foi projetado como carro-chefe do ministério. Vai beneficiar principalmente as classes C, D e E, atingindo quase 19 milhões de trabalhadores, com investimentos de R\$ 11 bilhões.



Incentivos à pecuária leiteira serão debatidos em audiência

Segundo senadores, produtores gastam R\$ 1,30 para produzir um litro e recebem R\$ 1,10 — o que inviabiliza a atividade

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) fará audiência pública sobre estratégias para estimular a produção de leite no Brasil. Serão convidados representantes do Ministério da Agricultura, da Associação Brasileira dos Produtores de Leite e de empresas de laticínios.

Ontem, os autores do requerimento do debate, Benedito de Lira (PP-AL) e Acir Gurgacz (PDT-RO), informaram que o preço pago aos produtores de leite não cobre o custo de produção, o que inviabiliza a atividade. Relatando encontro com representantes do setor, Benedito informou que os produtores gastam R\$ 1,30 para produzir um litro e recebem dos laticínios apenas R\$ 1,10.

— Precisamos dar uma resposta ao agricultor, ao tirador de leite, que faz um trabalho árduo e importante para a alimentação dos brasileiros — disse Gurgacz.

Sementes

A CRA também aprovou requerimento de Ana Amélia (PP-RS) para debate sobre a concentração do mercado de sementes. Ela informou que tem havido redução da concorrência no mercado sementeiro, especialmente no segmento de sementes geneticamente modificadas, conforme avaliação de produtores rurais e comerciantes que atuam no agronegócio.



Benedito e Jayme participam da sessão, que aprovou audiências sobre sementes e abatedouros

A concentração do mercado, na opinião da parlamentar, causa impactos negativos em toda a cadeia produtiva de grãos.

A comissão fará audiência pública para discutir as condições dos abatedouros de bovinos em funcionamento no Brasil. O debate, proposto por Benedito de Lira e Eduardo Suplicy (PT-SP), é motivado por denúncias veiculadas em 10 de março pelo *Fantástico*, da TV Globo, que aponta problemas no

processo de abate dos animais.

De acordo com os senadores, a reportagem mostra que o rigor sanitário observado em produtos brasileiros destinados à exportação nem sempre se repete no mercado interno de carnes, onde não estariam sendo seguidas medidas determinadas pela legislação sanitária.

As datas das audiências públicas e os nomes dos convidados ainda serão definidos pela CRA.

Adiada votação de texto sobre descarte de remédio

Foi transferida para a próxima semana a votação de projeto que altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) para disciplinar melhor o descarte de medicamentos de uso humano ou veterinário. A matéria constava

da pauta da CRA e a decisão de adiar o exame foi anunciada pelo presidente do colegiado, Benedito de Lira (PP-AL), ao encerrar a reunião de ontem.

De acordo com a proposta (PLS 148/2011), o descarte dos remédios

deverá ser feito a fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos, na chamada logística reversa. Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu ouvir o Ministério da Saúde antes da votação do projeto.

Figueiró cobra medidas contra conflitos de terra



Ruben Figueiró

acusou a Fundação Nacional do Índio (Funai) de acirrar conflitos de terra em Mato Grosso do Sul. O senador também cobrou do governo uma ação efetiva em relação ao clima de tensão permanente entre produtores rurais e índios

no estado.

Figueiró reconheceu uma dívida histórica da sociedade com a população indígena, mas ressaltou que a questão não pode prejudicar quem ocupa as terras de modo legal há décadas.

— Ao publicar atos demarcatórios de surpresa, a Funai desconsidera a realidade, insufla e tensiona o ambiente — afirmou.

Uma das soluções para os conflitos agrários, disse o senador, seria a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 215/2000, em tramitação na Câmara, que transfere do Executivo para o Legislativo a tarefa de aprovar a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas.

Gurgacz: assistência para a agricultura familiar



Acir Gurgacz

É necessário melhorar o patamar tecnológico da agricultura familiar de Rondônia, disse Acir Gurgacz (PDT-RO). O senador afirmou que culturas que se desenvolvem no modelo da agricultura empresarial não dependem tanto da assistência técnica e do apoio do governo como os pequenos agricultores, que são mais de 80 mil no estado.

— Temos tecnologia conhecida para aumentar a produção e a produtividade. O que ainda não conseguimos é fazer com que essas tecnologias cheguem ao agricultor e sejam adotadas. Falta assistência técnica e extensão rural — disse.

Como exemplo, Gurgacz apontou a atividade leiteira em Rondônia, que apresenta baixa produtividade, reflexo da falta de inovação tecnológica. O senador também lembrou a redução da participação de Rondônia na produção nacional de café. O estado, que já foi o maior produtor de café conilon do país, hoje está em segundo lugar.

Jucá apoia PEC que consolida áreas de livre comércio

romo Jucá (PMDB-RR) manifestou apoio à proposta que mantém o funcionamento das áreas de livre comércio (ALCs) existentes na Amazônia enquanto for mantida a Zona Franca de Manaus. Na avaliação do senador, a PEC 7/2013, de autoria de José Sarney (PMDB-AP), assegura igualdade e justiça aos estados da região.

— Tenho defendido que cada área de livre comércio da Amazônia vire um satélite da Zona Franca de Manaus, com orçamento próprio, no sentido de diversificar o desenvolvimento e a industrialização sustentável na Amazônia — afirmou.

Jucá lembrou que, por acordo do Mercosul, não é mais possível criar ALCs no país, o que torna importante consolidar as já existentes de modo a agregar riquezas na Amazônia.

Ele espera que a emenda possa ser apreciada com prioridade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Randolfe quer imposto diferenciado também nas ALCs

A extensão das regras de ICMS previstas para a Zona Franca de Manaus às áreas de livre comércio (ALCs) foi defendida por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Mudanças no imposto em discussão no Senado preveem a unificação gradual das alíquotas do imposto até o limite de 4%, mas excepcionam da regra a Zona Franca, que manterá a alíquota em 12%.

O senador lembrou que a Zona Franca de Manaus foi criada para incentivar o desenvolvimento, a produção e o comércio na área da Amazônia. Foi o mesmo princípio que, mais tarde, levou à criação de sete áreas de livre comércio na Amazônia. Para Randolfe, essas áreas são uma necessidade em um país desigual.

— A realização de políticas de desenvolvimento uniforme para uma Federação que é disforme, o tratamento igualitário de políticas tributárias, de políticas de distribuição de renda em uma Federação desigual, só irá fazer a produção de mais desigualdades — alertou.

O senador defendeu, ainda, a aprovação de duas proposições que tratam das áreas de livre comércio: O PLS 48/2013 e a PEC 7/2012, ambos de José Sarney, que vinculam a vigência dos incentivos fiscais relativos à Amazônia ocidental e às áreas de livre comércio ao prazo de vigência da Zona Franca.

As mudanças no ICMS em discussão no Senado estão previstas no Projeto de Resolução 1/2013 e na MP 599/2012.